

Curso

Contraordenações e Regulamentos Municipais: Enquadramento e Prática

Datas | 28 setembro de 2026

Horário das Sessões (4h00m) | 09h00m – 13h00m

Carga horária | 4h

Formadores | Ricardo Maia Magalhães e José Antunes Ribeiro

Formato | Online (Microsoft Teams)

Valor da Inscrição | 125,00€

(a estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor)



Ricardo Maia Magalhães

Formador - Coordenador

- Advogado
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Centro regional do Porto
- Formador Certificado de acordo com o Certificado de Competências Pedagógicas (CCP)
- Sócio responsável pelo Departamento de Direito Público – Cerejeira Namora, Marinho Falcão
- Áreas preferenciais de atuação: Contratos Públicos, Autarquias Locais, Associativismo Municipal, Setor Empresarial Público, Contencioso Administrativo, Direito Financeiro Público
- Autor de diversas publicações no âmbito de temáticas relacionadas com Direito Público, com especial incidência na Contratação Pública
- Orador convidado em várias conferências, formações e sessões em Mestrados e Pós-Graduações de especialidade.

José Antunes Ribeiro

Formador

- José Antunes Ribeiro integrou a Cerejeira Namora, Marinho Falcão em 2025, onde trabalha na área de Público.
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto em 2023, frequenta, atualmente, o Mestrado em Direito Administrativo na Escola de Direito da Universidade do Minho. Detém, ainda, uma Pós-Graduação em Direito Imobiliário, lecionada pelo Centro de Investigação de Direito Privado.
- Durante o seu percurso académico, integrou a Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto durante quatro anos, tendo assumido o cargo de Presidente no seu último ano. Integrou ainda o Conselho Executivo e o Senado.
- Participou ainda em diversas formações extracurriculares na área do Direito Público, das quais se destaca: a 4.ª Edição do Curso Breve “A Nova Justiça Administrativa”; o “Curso de Direito Administrativo Imobiliário”; e o “Curso de Contencioso Administrativo”.
- É ainda Formador acreditado pelo IEFP.



Objetivos

- Compreender o regime geral das contraordenações e a sua articulação com a atividade regulamentar dos municípios.
- Analisar o procedimento contraordenacional nas suas diversas fases, da notícia da infração à decisão final.
- Identificar as especificidades das contraordenações em matéria de regulamentos municipais (posturas, taxas, ocupação do espaço público, entre outras).
- Dominar as regras de instrução, defesa, aplicação de coimas e sanções acessórias.
- Conhecer o regime de impugnação judicial das decisões administrativas em matéria contraordenacional.
- Resolver questões práticas recorrentes com base em jurisprudência e casos reais.

Público-Alvo

- Juristas e técnicos superiores de câmaras municipais, juntas de freguesia e comunidades intermunicipais.
- Fiscais municipais e agentes de autoridade com competência em matéria contraordenacional.
- Dirigentes e quadros da administração local com funções de decisão em processos de contraordenação.

Metodologia

- ✓ Formação Certificada pela DGERT – Certificado emitido pela Plataforma SIGO
- ✓ Formação em Plataforma on-line (Teams)
- ✓ No decorrer da formação, os formandos serão incentivados a uma participação ativa, com o objetivo de promover uma maior assimilação dos conteúdos abordados, através do envolvimento individual e da análise de situações exemplificativas e casos práticos aplicáveis ao contexto profissional.

Conteúdos Programáticos

1. Enquadramento geral

- O poder regulamentar das autarquias locais: Lei n.º 75/2013 (RJAL), Lei n.º 73/2013 (RFALEI) e CPA.
- Tipologia dos regulamentos municipais: posturas, regulamentos de taxas, regulamentos de urbanização.
- Relação entre regulamento municipal e lei habilitante.

2. O regime geral das contraordenações (RGCO – DL n.º 433/82, de 27 de outubro)

- Princípios fundamentais: legalidade, tipicidade, culpa e proporcionalidade.
- Distinção entre crime, contraordenação e infração disciplinar.
- Aplicação subsidiária do Código Penal e do Código de Processo Penal.
- Prescrição do procedimento contraordenacional e da coima.
- Pagamento voluntário da coima e regime de redução (artigo 50.º do RGCO).

3. O procedimento contraordenacional

- Notícia da infração e auto de notícia.
- Fase de instrução: diligências, prova e prazos.
- Direito de audição e defesa do arguido.
- Decisão administrativa: fundamentação, coimas e sanções acessórias.
- Notificações: modalidades (pessoal, postal, edital), contagem de prazos e consequências da notificação defeituosa.

4. Especificidades municipais

- Contraordenações em matéria de ocupação do espaço público (DL n.º 10/2015), publicidade (Lei n.º 97/88), ruído (DL n.º 9/2007 – RGR) e resíduos (DL n.º 102 D/2020 – RGGR).
- Contraordenações urbanísticas (articulação com o RJUE).
- A Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais (Lei n.º 50/2006 – LQCA): classificação das contraordenações (leves, graves e muito graves) e regime sancionatório.
- Competência para aplicação de coimas (RJAL e RJUE) e destino das receitas (RGCO, Lei n.º 73/2013 e LQCA).

5. Impugnação judicial

- Recurso da decisão administrativa para o tribunal judicial (arts. 59.º e ss. do RGCO).
- Tramitação processual: prazo de impugnação, efeito suspensivo e não suspensivo do recurso.
- Jurisprudência relevante dos tribunais superiores.

6. Casos práticos e discussão

- Resolução de casos práticos e simulação de procedimentos.
- Erros mais frequentes e boas práticas na instrução e decisão.

Requisitos de Participação



Do ponto de vista técnico, os formandos terão de dispor de computador com acesso à internet, microfone, colunas/auriculares e câmara em funcionamento e devem testar o equipamento antes do arranque da ação;

Os formandos devem consultar e ter presente o Regulamento e Condições Gerais disponível no site.



Valor e Condições de Pagamento

Valor da Inscrição:

✓ 125,00€

(a este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)

Condições de Pagamento:

A inscrição ficará confirmada com envio do comprovativo de pagamento, ou no caso de Entidades Públicas, com o envio da respetiva nota de encomenda e/ou número de compromisso, para o email formacao@xni9consulting.com.

Dados da Entidade para pagamento:

XNi9 Consulting – Consultoria e Gestão, Lda

NIF | 513034412

IBAN | PT50 0010 0000 50833730001 55

Together, we can make a difference.

Entidade Formadora | **XNi9 Consulting & Training**
Entidade Parceira | **Law Academy**



**Entidade
Formadora
Certificada
dgert**